

O MOVIMENTO NEGRO, O NEABI/UFAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (2003-2022)

*Danilo Luiz Marques*¹ 

*Rosa Lúcia Lima da Silva Correia*² 

Resumo: A discussão trata de uma reconstituição do itinerário das ações afirmativas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ainda no início dos anos 2000, como resultado da ação política e pedagógica do Movimento Negro, dentro e fora do meio acadêmico, para assegurar o acesso aos direitos sociais da população negra ao Ensino Superior público e seus corolários, e como experiência pioneira, especialmente em se tratando da reserva de vagas por gênero. Para tanto, faz-se uma breve caracterização histórica da construção do Movimento Negro no Brasil, relacionando suas fases e bandeiras de luta. Em seguida relata-se a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFAL e outras entidades do Movimento Negro de Alagoas na aprovação do Programa de Ações Afirmativas (PAAF). Por fim, destaca-se a Lei de Cotas, seus avanços, as preocupações e desafios dessa trajetória.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Movimento Social Negro. Lei de Cotas.

THE BLACK MOVEMENT, NEABI/UFAL AND THE IMPLEMENTATION OF THE AFFIRMATIVE ACTION POLICY PROGRAM OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS (2003-2022)

Abstract: The discussion deals with a reconstitution of the itinerary of affirmative actions at the Federal University of Alagoas (UFAL), still in the early 2000s, as a result of the political and pedagogical action of the Black Movement, inside and outside the academic environment, to ensure access to the social rights of women. black population to public higher education and its corollaries, and as a pioneering experience, especially when it comes to the reservation of places by gender. In order to do so, a brief historical characterization of the construction of the Black Movement in Brazil is made, relating its phases and banners of struggle. Next, the work of the Nucleus of Afro-Brazilian Studies at UFAL and other entities of the Black Movement of Alagoas in approving the Affirmative Actions Program (PAAF) is reported. Finally, the Quota Law, its advances, the concerns and challenges of this trajectory are highlighted.

Keywords: Affirmative Actions. Black Social Movement. Quota Law.

EL MOVIMIENTO NEGRO, NEABI/UFAL Y LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA DE POLÍTICA DE ACCIÓN AFIRMATIVA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE ALAGOAS (2003-2022)

Resumen: Esta discusión trata de una reconstitución del itinerario de acciones afirmativas en la Universidad Federal de Alagoas, aún en los inicios de la década de 2000, como resultado de la acción política y pedagógica del Movimiento Negro, dentro y fuera del ámbito académico, para garantizar el acceso a la los derechos sociales de la población a la educación superior pública y

¹ Doutor em História Social (PUC-SP), professor de História do Brasil (UFAL) e Coordenador Geral do NEABI-UFAL.

² Doutora em Ciências Sociais (UFPA), professora de Relações Públicas (UFAL) e Vice-Coordenadora Geral do NEABI-UFAL.

sus corolarios, y como experiencia pionera, especialmente en lo que se refiere a la reserva de plazas por género. Para ello, se hace una breve caracterización histórica de la construcción del Movimiento Negro en Brasil, relacionando sus fases y banderas de lucha. A continuación, se relata el trabajo del Núcleo de Estudios Afrobrasileños de la UFAL y otras entidades del Movimiento Negro de Alagoas en la aprobación del Programa de Acciones Afirmativas (PAAF). Finalmente, se destaca la Ley de Cuotas, sus avances, las inquietudes y desafíos de esta trayectoria.

Palabras clave: Acciones Afirmativas. Movimiento Social Negro. Ley de Cuotas.

Introdução

A primeira peregrinação à Serra da Barriga, no intuito de refazer o caminho dos antigos escravizados que fugiam até o local onde teria sido construída a sede do Quilombo dos Palmares, ocorreu em 1980. A subida, mais que um ato de rememoração, era um ato político e pedagógico, a retomada de posse de um chão com várias inscrições simbólicas e sagradas delineadoras da luta social, política, armada e direta, e do ideário de resistência cultural. Para o Movimento Negro, aquele lugar e aquela caminhada encerrava as imagens vivas de uma história que reapareceu como um símbolo para ser agenciado, resgatado para dar maior significado aos seus protestos e reivindicações (CORREIA, 2016, p. 124).

A nacionalização do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, a partir dos anos 1970, e a instituição da Serra da Barriga, sede do antigo Quilombo dos Palmares, como patrimônio nacional, em 1985, foram momentos cruciais na trajetória da luta negra organizada, que começa a se estruturar no primeiro quartel do século XX e que, 100 anos depois, ainda se mobiliza veementemente para assegurar o acesso aos direitos sociais pela população negra e manter os capitais conquistados. É dessa trajetória, e das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, que se trata aqui neste texto.

Da oposição ao mito da democracia racial às ações afirmativas: fases da luta do Movimento Negro

O Movimento Social Negro que se configurou no início dos anos 1980 tem uma atuação para além da questão racial. Sua conformação é bem heterogênea, portadora de diversas bandeiras, como a luta pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores (PEREIRA, 2010). Isso se dá porque a luta contra o racismo vem atrelada à luta pelos direitos sociais, por melhores condições de vida, “significação cultural, valor artístico e função social”, além da reivindicação por ações educacionais, pedagógicas e políticas, como afirmava Abdias do Nascimento (1997).

Neste período, o Movimento Negro se apresenta como um movimento social lato, que tem como característica singular a comunhão de ações e perspectivas em prol da

população negra, constituindo redes de relacionamento em todo território nacional para aumentar a difusão das informações e elementos fundamentais para a sua organização global, que está consagrada pela pluralidade e complexidades de mobilizações, manifestações e reações, de qualquer tempo e natureza, orquestradas por pessoas negras (CORREIA, 2016).

O Movimento Negro, no sentido estrito, parece ter nascido em meados da década de 1920, com a atuação da imprensa negra³ e em oposição ao mito da democracia racial, que influenciou fortemente a idealização de uma identidade para o Brasil nas décadas de 1930 e 1940 (PEREIRA, 2010). Os produtos da imprensa negra eram veículos de informação constituídos por todo tipo de organizações e associações desportivas, culturais e artísticas que surgiram em algumas partes do país desde o final do século XIX com alcance em outros estados brasileiros do Nordeste ao Sul do país.

Em 1926 ganhou destaque o Centro Cívico Palmares (CCP), organização que foi o marco para a mobilização política e cultural negra em São Paulo, antes mesmo da Revolução de 1930, e que contribuiu significativamente para a criação da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931. Ela promovia os mesmos tipos de atividade e tinha os mesmos interesses do CCP: “mantinha escola, assistência social e jurídica, grupo de teatro, jornal, e promovia palestras e bailes para coadunar as pessoas em torno da discussão de ‘assuntos da raça’” (CORREIA, 2016, p. 124). Entres estes assuntos, destacavam-se a história do Quilombo dos Palmares, empunhada como modelo de luta negra, e os debates sobre educação e artes (PEREIRA, 2010).

Pereira (2010) fala em três diferentes fases do Movimento Negro brasileiro: a primeira teve como ápice a criação e a consolidação da FNB como uma força política em âmbito nacional e a busca pela inclusão do negro na sociedade, sem levantar bandeira pela transformação da ordem social; a segunda foi marcada pela criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), por Abdias do Nascimento, em 1944, e o Teatro Popular Brasileiro, fundado por Solano Trindade⁴, em 1950, ambos no Rio de Janeiro. Duas organizações de grande expressão nacional, “focadas em afirmar a dignidade da “pessoa

³ Intelectuais orgânicos e trabalhadores que se juntaram em São Paulo para denunciar as discriminações raciais do quadro urbano. Essa “imprensa foi o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial – a Frente Negra Brasileira” (SANTOS, 1994, p. 89).

⁴ Francisco Solano foi um poeta, folclorista, comunista e militante negro de Pernambuco que criou a Frente Negra de Pernambuco e o Centro de Cultura Afro-Brasileiro em 1936. E juntamente com Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, no Rio de Janeiro.

de cor” e em buscar o reconhecimento social e a igualdade entre os negros através da arte e da educação” (CORREIA, 2016, p. 126).

A terceira fase deu-se pelo estabelecimento nacional de redes de relacionamento com militantes negros de outros países, “por onde se deu a circulação de ideias e teorias africanistas” (CORREIA, 2016, p. 126), fundamentais para o fortalecimento e disseminação da ideia de uma cultura e de um povo (afrodescendente) que, pelo seu caráter híbrido, não se encontram circunscritos às fronteiras étnicas ou nacionais (NASCIMENTO, 1997).

Os africanismos passaram a emergir como denúncia aos conflitos interrelacionais entre negros e brancos, denunciando às descrições romantizadas de Gilberto Freyre sobre a casa grande e a senzala, e se firmando como um elemento fundamental na constituição do movimento a partir da década de 1970. Encontra-se na maioria dos documentos dessa época a frase “por uma autêntica democracia racial”, como afirma a Carta de Princípios do MNU” (1978):

Resolvemos juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego, melhor assistência à saúde, à educação e à habitação, reavaliação do papel do negro na história do Brasil, valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção, extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos, liberdade de organização e de expressão do povo negro (...) Por uma autêntica democracia racial! Pela libertação do povo negro! (SILVA, 2014).

Aqui está disposta uma característica importante do Movimento Negro contemporâneo: a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, razão do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares. Ousado e pioneiro, fundado em 20 de julho de 1971 em Porto alegre, o grupo cunhou o 20 de novembro como “Dia do Negro” – o que mais tarde, em 1978, o MNU rebatizaria como “Dia Nacional da Consciência Negra” (NASCIMENTO, 1997). O Quilombo dos Palmares e seu líder Zumbi foram eleitos como a passagem e o personagem mais importante da história do negro no Brasil nesse feito. Segundo Rosa Correia:

A data passou a ser, então, comemorada por várias entidades negras em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura). Este fato engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, da política e da identidade negras e provoca objetivamente uma revisão historiográfica sobre o papel do

negro na formação da sociedade brasileira. Realiza o deslocamento do lugar figurativo ou de submissão para o de protagonista (CORREIA, 2016, p. 124)

Não só por esse motivo o ano de 1978 é um novo marco para a “Gente Negra”, mas porque neste mesmo ano, meses antes desta celebração, um grupo significativo de militantes se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo no dia 7 de julho⁵ em um ato público contra a discriminação sofrida por jovens negros no Clube de Regatas Tietê e em protesto ao assassinato de um trabalhador negro pela polícia. E embora fosse expressamente proibida pelo governo qualquer manifestação relacionada à questão racial, para que não pudesse “incitar ao ódio ou à discriminação”, o ato foi realizado com o acompanhamento dos órgãos de informação do regime empresarial-militar, porém, sem receber nenhuma repressão (PEREIRA, 2010) – e isso, por si só, demonstrava a maestria e o poder que o movimento e seus integrantes vinham ganhando na arena social.

Nesse mesmo ato nasceu o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tarde apenas MNU. A entidade “parece ter sido responsável pela difusão da noção de ‘movimento negro’ como designação genérica para diversas entidades e ações construídas a partir daquele momento” (PEREIRA, 2010, p. 165). Assim, a criação do MNU contribuiu para ampliar ainda mais a extensão das redes de associações negras por todo país.

O período em que o Brasil estava sob o governo militar também se caracterizava pelo crescimento econômico, o que permitiu às camadas médias da população se expandirem e se beneficiarem do Ensino Superior (privado), do acesso a bens industrializados, do financiamento da casa própria, dos novos empregos gerados pelas multinacionais recém-instaladas e dos cargos na burocracia governamental (GOHN, 2000, p. 18). E isso acabou aumentando o número de pessoas negras nas universidades e permitiu que disputassem trabalhos de maior remuneração, contribuindo para a ampliação do capital cultural, social e econômico negro.

Uma das principais estratégias de mobilização nesse período do regime empresarial-militar eram as reuniões de estudos, os seminários e as palestras. “Os cursos de Ciências Sociais e de História eram os mais procurados, pois era preciso discutir, compreender sobre ‘a questão do negro’ e as relações sociais no Brasil” (CORREIA, 2016, p. 130), para (in)formar outros e fortalecer e alargar o movimento, criando novas

⁵ O 7 de julho ficaria conhecido como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo.

associações, novos grupos disseminadores das estratégias de luta e da identidade social (GOHN, 2000).

As novas organizações criadas, de uma maneira geral, experimentavam um processo de conscientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo, o que os militantes irão chamar de “construção da consciência negra” (PEREIRA, 2010). Ela é uma das pautas da luta pela democracia, que se instaura com a crise do regime político, e é uma mostra da politização dos indivíduos negros trabalhadores, em grande parte vinculados aos partidos políticos de esquerda.

A produção intelectual da época centra-se, portanto, nas discussões sobre *raça* e *classe*. Condição essa debatida nos encontros e congressos, por ativistas negros ou não. Ganham destaque neste período Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Otávio Ianni⁶, que participavam de vários eventos pelo país discutindo a influência da escravidão na formação da estrutura social brasileira.

A partir da década de 1980 surgem novas estratégias de atuação do Movimento Negro por causa da vitória dos candidatos da oposição ao regime empresarial-militar em estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Os militantes procuraram, então, construir “espaços de interlocução com os poderes públicos, especificamente nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo” (PEREIRA, 2010, p. 213). Para Rosa Correia, era momento de articulação “com outras entidades políticas: era o fim do bipartidarismo e alguns militantes negros participaram da fundação e da organização de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por exemplo” (CORREIA, 2016, p. 134).

A ideia era não só estar presente, mas também estar ativo na arena política mesmo que, em alguns casos, “a questão racial não fosse considerada tema pertinente dentro dos partidos, mesmo os de esquerda”; importante se fazia colocar a questão racial dentro da prevacente discussão sobre a luta de classes (PEREIRA, 2010, p. 214).

A interlocução com o Estado, que antes já havia sido alvo de críticas internas ao movimento, foram, nesse novo momento, percebidas como oportunidades de ocupar espaços dentro da máquina pública, de participação, de interferência direta nas ações do Poder Público a favor dos interesses da população negra (PEREIRA, 2010). Era a chance de conseguir “inscrever em leis e em políticas públicas, como direitos, várias reivindicações” (GOHN, 2000, p. 19).

⁶ Clóvis Moura integrava o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas de São Paulo, Lélia Gonzalez e Otávio Ianni são docentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

E foi assim que no ano de 1985, ano de criação do Ministério da Cultura (MinC), o primeiro titular da pasta criou a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, coordenada por um ativista ligado ao Movimento Negro. “Nascia, no âmbito do Governo Federal, um mecanismo destinado a trabalhar os assuntos pertinentes à cultura afro-brasileira, a partir da reinterpretação histórica e da reivindicação das entidades do movimento negro” (MOURA, 2008, p. 10).

A aproximação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, e do Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, proporcionou que as mobilizações e articulações do Movimento Negro com as instituições estatais aumentaram: a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira do MinC passou a ser constituída por personalidades e entidades representativas das manifestações culturais afro-brasileiras com a finalidade de resgatar e exaltar os valores culturais negros (MOURA, 2008).

A Assessoria de Cultura Afro-Brasileira “se constituiu como uma unidade gestora dentro da estrutura do MinC, com autonomia, espaço administrativo e financeiro no seio da burocracia brasileira, de forma que o ministro Celso Furtado, ainda no primeiro semestre de 1988, solicitou a elaboração de uma minuta de estatuto para que a entidade atuasse com a chancela jurídica de fundação (CORREIA, 2016, p. 134-135), o que originou, em 22 de agosto do mesmo ano, a Fundação Cultural Palmares (FCP) (MOURA, 2008).

E é assim que o ano de 1988 tem dois grandes marcos para a história do Movimento Negro: o Centenário da Abolição da Escravatura e a promulgação da Constituição Cidadã. Os dois alimentaram o debate sobre a questão racial em diferentes segmentos da sociedade brasileira e o resultado de todas estas ações e mobilizações, dentro e fora do aparelho estatal, foi o reconhecimento e criminalização do racismo; o reconhecimento, no do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da propriedade definitiva das terras de remanescentes das comunidades de quilombos; e o alargamento do exercício dos direitos culturais, a valorização e difusão de diversas manifestações das culturas nacionais e a formação do patrimônio nacional a partir da diversidade étnico-racial brasileira.

O final da década de 1980 demonstra, portanto, “a sólida experiência do Movimento Negro em projetos e programas estatais, lidando com a burocracia necessária às articulações com o Poder Público e até com entidades internacionais” (CORREIA, 2016, p. 136), o que faz seus integrantes se destacarem, nessa época de explosão das

instituições do terceiro setor, das Organizações Não-Governamentais (ONGs) por todo o país, pelo número e diversidade de causas e atividades desenvolvidas.

Essas organizações desenvolveram projetos financiados, pelo governo ou instituições privadas, “que atuaram em determinados temas específicos, tais como: saúde da mulher negra; defesa e garantia de direitos humanos; racismo e educação, trabalho e renda, entre outros” (CORREIA, 2016, p. 137). Demonstrando a profissionalização e a qualificação da militância, que passou a “estudar temas específicos” e ingressou na vida acadêmica, os esforços para levar jovens negros às universidades se tornou uma prioridade através da criação de diversos “pré-vestibulares para negros e carentes” em todo Brasil (PEREIRA, 2010).

Foi este cenário que instituiu, de fato, a luta pelas políticas de inclusão de negros na educação no Brasil, tanto que em 1995 foram feitas, pela primeira vez, as reivindicações, à época ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, para implementação de “ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” (PEREIRA, 2010, p. 236). Esta foi uma das principais demandas apresentadas, por representantes de sindicatos e de comunidades negras rurais, em Brasília na comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi, em 1995 (CIPOLA, 2004).

Desde então o Movimento Negro abandonou aquela postura predominantemente de confronto e de denúncia e adotou estratégias de ampliação do acesso de negras e negros ao Ensino Superior e postos de trabalho, para completar o ciclo de reprodução dos direitos sociais. É assim que o século XXI tem se instituído como o período da fase de luta pelas ações afirmativas: pela sua implantação, no início dos anos 2000, e pela sua manutenção e ampliação, desde 2012, com a Lei de Cotas. A UFAL e o Movimento Negro alagoano têm grande participação nesta luta e nesta história, conforme passamos a discutir.

A UFAL e o Movimento Negro na luta pelas Ações Afirmativas

Em 1980, o Ministério da Educação era responsável pelos assuntos ligados à cultura, incluindo o patrimônio nacional. Neste período, o antropólogo da Fundação Pró-Memória era o militante negro Olympio Serra, coordenador do Projeto Etnias e Sociedade Nacional⁷. Serra lançou uma campanha para promoção do patrimônio negro brasileiro e

⁷ O Projeto Etnias e Sociedade Nacional era de início uma ação voltada para o resgate da memória indígena, porém visando corrigir um sério defeito da política cultural brasileira e reparar seu etnocentrismo e sua

mobilizou centenas de lideranças negras numa histórica reunião, no mesmo ano, na cidade de União dos Palmares, onde está localizada a Serra da Barriga, no estado de Alagoas.

Intitulada de Encontro Nacional sobre o Parque Memorial Zumbi e realizada durante a Semana Zumbi, no museu Casa Jorge de Lima⁸, em União dos Palmares, a reunião teve como objetivos: (1) delinear as diretrizes para a construção do parque⁹, que seria um memorial, na Serra da Barriga; (2) realizar novos encontros para desenvolver estudos e pesquisas sobre a questão afro-brasileira, para a discussão e divulgação das manifestações da cultura negra; (3) criar um Conselho Consultivo e deliberativo para o Parque; (4) criar uma fundação ou entidade cultural estatal para gerir o Parque, esta última deveria sempre ser dirigida por negros, (o que também seria um motivo para a criação, em 1988, da FCP); (5) elaborar um projeto de infra-estrutura para o Parque, tendo como responsáveis o grupo de trabalho formado pelos participantes do encontro e por técnicos e/ou especialistas, prioritariamente negros, e (6) criar um centro de estudos e informações da realidade negra, para a Academia e para a sociedade em geral, que recuperasse e reavaliasse o papel do negro na sociedade (AZEVEDO, 1982).

Para encerrar as discussões e simbolizar a (re)tomada da Serra da Barriga pelos herdeiros do Quilombo dos Palmares, a gente negra brasileira, o encontro culminou com uma romaria ao lugar (SERRA 2005). Rumo à serra partiram centenas de jovens ligados aos movimentos negros, blocos afros, como o Ilê Ayê, e diversos representantes de instituições e associações culturais de todo o Brasil, como a alagoana Associação Cultural Zumbi, representantes de instituições de ensino superior, como o Reitor da UFAL João Azevedo, embaixadores africanos e vários religiosos católicos e de matriz africana. Ali em cima foi celebrada a primeira missa em homenagem a Zumbi dos Palmares e ao povo negro (MOURA, 2008, p.11).

Os resultados desse momento histórico foram a proposta de um estudo multidisciplinar que fizesse uma exposição de motivos para o projeto de tombamento da Serra da Barriga, um projeto de resgate histórico e cultural para o lugar¹⁰, a criação do

fixação eurocêntrica, “logo passou, também, a promover iniciativas voltadas para a defesa dos valores do patrimônio negro do Brasil” (SERRA, 2005).

⁸ Poeta, político, médico, biógrafo, ensaísta e tradutor brasileiro, partícipe do Movimento Modernista brasileiro nascido em União dos Palmares.

⁹ O Parque Memorial Zumbi era baseado na ideia de parque nacional - que é uma área protegida de propriedade estatal, que tem como finalidade a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica – visto que a área ensejada era apenas um resquício da floresta de palmeiras da região.

¹⁰ Um projeto havia sido já proposto, ainda em 1979, à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) pela UFAL e pelo Projeto Rondon - mais tarde virado de “cabeça pra baixo” pelas críticas dos intelectuais e militantes negros, visto que “tinha um caráter predominantemente turístico” (SANTOS, 2008, p.189).

Conselho Geral do Memorial Zumbi¹¹, que seria o responsável pela gestão do Parque, e a implantação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) da UFAL, o primeiríssimo espaço coadunador dos estudos da gente e da cultura negras e palco de encontro de grandes intelectuais, negros ou não, para discutir as questões étnico-raciais.

O CEAB teve dois diretores desde a sua instituição de fato, em 1981, até o ano de 1983, quando passou a se chamar Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e foi assumido por Zezito Araújo, professor do Departamento de História da UFAL, militante negro e membro da Associação Cultural Zumbi, uma das principais entidades do movimento negro alagoano à época (SILVA, 2006).

Araújo desenvolveu um papel fundamental para o tombamento da serra em 1985. Ele era a ligação da militância negra com a instituição federal de Ensino Superior responsável por desenvolver estudos e pesquisas que levariam ao tombamento da serra. O movimento negro interveio na proposta inicial do Estado Brasileiro de resumir aquele espaço apenas a uma perspectiva turística. Aquela geração iniciou um processo de mudança, de ver e entender a Serra da Barriga enquanto um espaço de salvaguarda da memória da luta negra pela liberdade.

Somente em 2007 o Parque Memorial Quilombo dos Palmares foi inaugurado. Além do título de Patrimônio Nacional (1985), a serra é também Patrimônio Cultural do Mercosul (2017). Todas essas conquistas foram resultado de reivindicações que estavam na agenda de lutas do movimento negro desde 1971, quando o Grupo Palmares idealizou o 20 de novembro enquanto o Dia Nacional da Consciência Negra.

Nesse sentido, para melhor entender o histórico das ações afirmativas no estado de Alagoas, se faz necessário compreender a história de mais de 40 anos do NEABI/UFAL, a partir do protagonismo do movimento negro, que produz saberes que fundamentam práticas afirmativas. Como defende Nilma Lino Gomes (2017), o “movimento negro é educador” e produz “saberes construídos na luta por emancipação”.

Em entrevista concedida a historiadora Irineia Maria Franco dos Santos, Zezito Araújo relatou as atividades desenvolvidas pelo então NEAB da UFAL nos anos 1980 e 1990:

Trouxemos o Kabengele Munanga que passou quinze dias aqui fazendo curso, em duas etapas. Trouxemos o Wilson Barbosa; o professor Otavio Ianni; o

¹¹ O Conselho Geral do Memorial Zumbi foi uma organização da sociedade civil com personalidade jurídica, responsável pelo pedido de tombamento da Serra da Barriga e pelos estudos na área de história, arqueologia, biologia, geografia, meteorologia na Serra da Barriga. Atas do Conselho do Memorial Zumbi (Arquivos do NEABI-UFAL)

professor João Batista, o Jaime Pinsk. Tudo foi o NEAB que trouxe. Aqueles que mais trabalhavam a questão negra no país, nós trouxemos aqui para Alagoas. Inclusive qual o foco que nós dávamos, de 80 a 90? Nós focamos o pessoal da rede do Estado, nós não trabalhamos com o município porque era muito complicado naquela época, só que os professores do município também eram do Estado, então, nós focamos na área da Educação; fizemos vários cursos aqui, e foi com isso que houve o desdobramento na periferia. Quando começaram a surgir os grupos de capoeira organizada, começou a surgir as bandas, até mesmo os grupos folclóricos da Universidade. Tudo isso foi em função do trabalho do NEAB e da Associação Cultural Zumbi (SANTOS, 2011, s/p).

A história do NEABI/UFAL, em sua gênese, está ligada a Associação Cultural Zumbi (ACZ), entidade negra criada em 1979, em decorrência de um episódio de racismo envolvendo Marcelino Dantas, negro e estudante de medicina da UFAL, que foi “convidado” a se retirar de um baile no Clube Fênix Alagoana. Na ocasião, após uma reunião com 33 pessoas (31 homens negros e 2 mulheres negras), a ACZ se constituiu enquanto um dos principais grupos políticos do Estado de Alagoas, que tinha como objetivo o combate ao racismo. Segundo Zezito Araújo:

A Associação Cultural Zumbi deriva, além dos esforços de negros e negras alagoanos, mas também do próprio Conselho Geral do Memorial Zumbi (...) porque foi que impulsionou, juntamente com o NEAB, os estudos para o tombamento e desapropriação da Serra da Barriga, porque quando aconteceu o primeiro seminário para estudar a Serra da Barriga, uma das reivindicações dos professores Olímpio Serra, Joel Rufino, Carlos Moura e o próprio Abdias Nascimento era mudar o nome do parque. O nome do parque era Parque Histórico Nacional Zumbi, e foi questionado esse nome de parque, (...) e com isso criou-se o Memorial Zumbi. Foi uma organização composta pelos governos federal, estadual e municipal, e tinha representantes do movimento negro. Essa história, a dinâmica da formação do movimento negro alagoano, ensejou a própria reorganização do movimento negro brasileiro em torno da discussão do Quilombo dos Palmares e da Serra da Barriga como elemento fundamental para rediscutir a história do negro. Então, a Associação Cultural Zumbi foi fundamental diante de todo esse contexto, porque nós conseguimos estabelecer diálogo com todos os segmentos sociais da sociedade alagoana, com os sindicatos urbanitários, com o sindicato dos professores, com o sindicato dos jornalistas. Nós conseguimos implantar a discussão da questão da educação anterior a lei 10.639 e da educação escolar quilombola no município de União dos Palmares e na rede pública de educação do Estado de Alagoas (ARAUJO, 2020, s/p).

Em *Histórias do movimento negro no Brasil*, Verena Alberti e Amílcar Pereira (2007) nos apresentam uma série de entrevistas com algumas das mais representativas lideranças do movimento social negro brasileiro da segunda metade do século XX. São narrativas que trazem experiências e reflexões da luta antirracista de várias partes do país.

Uma delas, é o relato de Vanda Menezes¹², uma das fundadoras da ACZ em 1979 e que presidiu a entidade entre 1989 e 1991. Sobre o momento de criação da ACZ, ela diz:

A Associação Cultural Zumbi surge porque um companheiro nosso, que fazia Medicina – na época só se tinha clubes fechados – e ele vai para um baile na Fênix. E ele é convidado a sair desse baile porque é negro. Ele é filho de Laura Dantas. Uma mulher negra, que foi professora dos governadores... Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas em um complexo do estado. E, por conta disso, há uma revolta dos próprios companheiros brancos, que faziam Medicina, com essa atitude – não chama diretor, era um nomezinho que dava a esses caras que tomavam conta desses clubes. E é uma confusão! Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia Medicina, e é posto para fora da Fênix. (BARBOSA, 2005, s/p).

O episódio de racismo no Clube Fenix Alagoana envolvendo o estudante negro Marcelino Dantas foi o estopim para um grupo de negros e negras que já se conheciam se revoltarem e formarem a ACZ, um “movimento político que revolucionou Maceió e o Estado de Alagoas como um todo”. Para Vanda Menezes:

Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi, que brigou para tombar a Serra, para desapropriar a Serra. A gente constitui a ACZ, logo depois, em 1981, se faz o primeiro Neab, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da universidade. Não tenho certeza, mas acho – 99% de certeza – que foi o primeiro Neab do Brasil. Depois é o do Maranhão e, depois, o de Sergipe. Maranhão fica com Carlão, o Zezito fica no Neab de Alagoas e a Néli em Sergipe. Era muito interessante, porque era a Associação Cultural Zumbi quem dava força ao Neab: o Neab não tinha força no sentido de ser conhecido. Era um núcleo pequeno em extensão. Era a Associação, que já tinha corpo político, que dava... Tinha uma parceria muito boa, o pró-reitor era muito interessante. Tinha uma parceria muito boa com o movimento e a gente com eles. Então, tudo a gente fazia junto: NEAB e Associação Cultural Zumbi (BARBOSA, 2005, s/p).

Jeferson Santos, ao estudar o movimento negro em Alagoas, documenta que a ACZ objetivava lutar contra toda forma de discriminação racial, bem como valorizar a figura de Zumbi e do Quilombo dos Palmares. A “abordagem da Serra da Barriga, seja no que concerne ao seu tombamento ou a atividades a se desenvolverem naquele local, será uma constante” (SILVA, 2008, p.15).

Naquela época, era comum a realização de atividades nos flancos da Serra como corridas e caminhadas, consolidando aquele espaço como símbolo da resistência negra no Brasil. Para Jeferson Santos:

Todo esse processo, juntamente com os esforços de organizações do movimento negro em outros Estados, fez com que a Serra da Barriga, localizada no município

¹² Psicóloga e perita criminal da Polícia Civil do estado de Alagoas.

de União dos Palmares, Alagoas, fosse tombada como patrimônio histórico nacional em 1984. Com o tombamento da Serra, as atividades na mesma se intensificaram, especialmente as famosas peregrinações ao seu topo todos os dias 20 de novembro de cada ano. Essa atividade agrega pessoas, militantes, simpatizantes da causa negra no Brasil e mesmo no mundo – como atesta a vinda de negros norte-americanos para a cidade de União dos Palmares – passando a constituir atividade obrigatória em seus calendários, assim como no calendário do próprio governo do Estado (SILVA, 2008, p. 15).

O Memorial Zumbi tornou-se um ponto de convergência, uma desembocadura onde as várias tendências dos movimentos negros no Brasil se conectaram. Como sinalizou Joel Rufino dos Santos, em 1988:

Os problemas, os dilemas, as contradições e as tendências dos movimentos negros nesses últimos dez anos, de alguma maneira, foram desembocar no Memorial Zumbi. Apenas para dar um exemplo: temos tido nos movimentos negros do Brasil uma controvérsia entre os movimentos especificamente políticos, que colocam como objetivo explícito o combate ao racismo; e aquelas instituições, entidades, órgãos e personalidades negras que, embora não objetivem claramente a luta organizada contra o racismo, são representativas das comunidades negras. Sua sensibilidade tem, entretanto, nos ajudado a enfrentar esse dilema. (SANTOS, 2014, p. 102-107).

Nos primeiros anos de atuação, a ACZ focava muito na atuação junto a Educação Básica, sobretudo porque muitos dos seus membros eram professores. Segundo Vanda Menezes:

A gente trabalhava muito com a educação. Nós íamos para todas as escolas desfazer o 13 de maio, constituir o 20 de novembro. Em 1984, a gente tinha o levantamento de todos os terreiros do estado. A gente trabalhava com os terreiros a questão da consciência negra. A gente capacitava as escolas e os professores. Era muita ousadia, não é? A gente ia. Capacitar os professores, discutir porque o 13 de maio não é o correto, o 20 de novembro... Massificar isso; banalizar, na verdade. A gente trabalhava muito com o viés da educação. Era o carro chefe da Associação (BARBOSA, 2005, s/p).

A década de 1990 simboliza o momento de consolidação do NEAB, momento em que o núcleo iniciou o debate sobre as políticas de ações afirmativas e passou a contar com a contribuição do professor Moisés Santana¹³, personagem importante para a implementação do Programa de Ações Afirmativas da UFAL em 2003.

¹³ Formado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1984), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (1991) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Foi professor da UFAL e atualmente leciona na UFRPE.

Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL

Após sua consolidação nos anos 1980, o NEABI/UFAL, em constantes diálogos com lideranças do Movimento Social Negro em Alagoas e no Brasil, pautou a implementação das ações afirmativas na universidade a partir dos anos 1990 (SILVA, 2006, p. 96-105). Em 2003, o NEABI coloca a UFAL como uma das três instituições pioneiras no desenvolvimento das ações afirmativas universitárias, liderando a implantação do sistema de cotas raciais no vestibular. Visando “desencadear um processo produtivo de identidades que superem os problemas advindos do racismo presente na sociedade brasileira” e possibilitando a “construção de uma universidade plural, pública e efetivamente democrática” (UFAL, 2003), o Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL foi constituído por um conjunto de ações que tinham como objetivo eliminar desigualdades sociais históricas.

O Programa de Políticas de Ações Afirmativas (PAAF) da UFAL, idealizado pelo professor Moises Santana, foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), em 2003, com a participação da sociedade civil e organizações não governamentais, além da sociedade acadêmica (docentes, discentes e técnicos). O PAAF era composto por quatro subprogramas: (a) Políticas de Cotas; (b) Políticas de Acesso e Permanência; (c) Políticas Curriculares e de Formação de Professores e (d) Políticas de Produção de Conhecimento.

O PAAF/UFAL estabeleceu, a partir de 2004/2005 uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se autodeclararam negros (pretos ou pardos), conforme classificação do IBGE e que eram oriundos exclusivamente de escolas de Ensino Médio públicas. Dentro desse percentual, destacamos a distribuição de 60% para as mulheres e 40% para homens, se tornando a única universidade brasileira a estabelecer o recorte de gênero à época.

O objetivo principal do programa era de “propiciar ações que viabilizassem o acesso e permanência da população negra no ensino superior” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003), implementando, assim, um sistema de cotas que teria a duração de 10 anos. Para isso, foi criada a Comissão Permanente de Operacionalização, Acompanhamento e Avaliação composta por representantes das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa, Graduação, Extensão, Estudantil, das Associações dos Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da UFAL, do Diretório Central dos Estudantes (DCE

Quilombo dos Palmares), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, da Secretaria Estadual de Defesa e Proteção das Minorias¹⁴ e do Núcleo Temático Mulher e Cidadania¹⁵.

A Comissão Permanente era responsável por avaliar os programas de apoio acadêmico voltados aos estudantes cotistas como: bolsas de estudos, bolsas de apoio para cursos de línguas nas Casas de Cultura da UFAL, bolsas trabalho, bolsas PIBIC, residência universitária, vale transporte, restaurante universitário, assistência à saúde e tutoria. Essa avaliação se dava a cada dois anos. Após os cinco primeiros anos, deveria ser avaliado a inserção dos alunos e alunas cotistas no mercado de trabalho, e após 10 anos, o impacto do programa numa forma geral.

O PAAF/UFAL recomendava que o sistema de cotas deveria ser implantado no Processo Seletivo Seriado (PSS/UFAL), e que os cotistas concorrentes teriam que ser aprovados na primeira fase do processo seletivo de forma idêntica aos candidatos da ampla concorrência. A diferença residia no fato de que os candidatos egressos da rede pública de ensino que se autodeclarassem negros no ato da inscrição, ficariam classificados separadamente, sendo aprovados os que atingissem a nota de aprovação até o preenchimento do total de 20% das vagas destinadas. Não havendo obrigatoriedade de preenchimento do percentual estabelecido, podendo as vagas retornarem a ampla concorrência.

Além da criação do sistema de cotas raciais no PSS, o PAAF/UFAL foi aprovado com o seguinte Plano de Metas:

1. Incluir o item cor na matrícula 2004 dos alunos/as, para ter dados mais substanciais relativos à presença dos alunos afrodescendentes nos diferentes cursos da Universidade;
2. A inclusão da disciplina História da África no quadro das obrigatórias e não eletivas no curso de História;
3. Desenvolver Programas de Formação de Professores das redes Públicas e Privadas de Ensino que os habilitem a tratar adequadamente a diversidade racial, identificar práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar, responsáveis, muitas vezes, pelo desempenho e repetência de crianças vítimas dessas ações;
4. Criação de um programa Editorial que estimule a produção de material pedagógico, que valorize a pluralidade étnico-cultural do Brasil, visando permitir o desenvolvimento sadio de crianças negras e não-negras, no que concerne as relações raciais;
5. Manter e ampliar a experiência em desenvolvimento do Àfojubá, curso de Pré-vestibular para alunos (as) afrodescendentes e carentes, coordenado pelo NEAB/UFAL;

¹⁴ Na época, Zezito Araújo, professor de História e ex-diretor do NEAB/UFAL, estava à frente desta secretaria de estado.

¹⁵ Através da militante do MN Vanda Menezes.

6. Intervir junto ao Programa do MEC – Diversidade na Universidade. Buscando inserir o Estado de Alagoas no mesmo, visando à obtenção de recursos para a implementação e dinamização do nosso programa;
7. Considerar, na contratação de serviços terceirizados para a UFAL, empresas que cumpram ações afirmativas;
8. Ampliar o acervo da Biblioteca Central e do NEAB relativo à cultura Afro-brasileira;
9. Solicitar à FAPEAL a estruturação de um Programa específico de Incentivo a Pesquisa sobre a Cultura Afro-brasileira, objetivando potencializar a formação de pesquisadores, a produção de conhecimento e a elaboração de estratégias de intervenção social na referida área (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2003, s/p).

No primeiro ano de vigência do PAAF/UFAL, ocorreu a entrada de 182 estudantes cotistas e, em 2006, ingressaram pouco mais de 200 alunos, já em 2007 foram contabilizados pouco mais de 300 alunos. Esse número foi aumentando a cada ano¹⁶.

Visando a questão da permanência, a UFAL adotou alguns programas de extensão que disponibilizaram bolsas para os estudantes cotistas, sendo o primeiro deles o *AfroAtitude*, que durou de 2005 a 2007. O *Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros* tinha o objetivo de preencher duas lacunas: a inexistência e/ou incipiência de apoio logístico e financeiro aos alunos negros cotistas e a produção de conhecimento no campo das relações entre aids, população negra e racismo.

O programa foi desenvolvido com universidades públicas federais e estaduais que haviam adotado em seus respectivos vestibulares o sistema de cotas para afrodescendentes. Outras universidades que participaram do *AfroAtitude* foram: Universidade de Brasília (UNB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade do Estado da Bahia; (UNEB); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

Em 2005, Vanda Menezes havia assumido a Secretaria das Mulheres do Estado de Alagoas e tinha uma parceira com a UFAL e o projeto *AfroAttitudes*. Em entrevista dada a Amilcar Pereira e Verena Alberti, ela diz:

Na Ufal é assim. E estamos com 50 bolsas, um projeto chamado *Afro-Attitude* de que nós somos parceiros, enquanto Secretaria. Agora vai ter até o seminário para tratar da questão negra, religiosa com os alunos das cotas. Aids, prevenção a DSTs. Acho que é um dos caminhos são as cotas. A gente, se olhar os Estados Unidos, vê muitos bons filhos das cotas (BARBOSA, 2005, s/p).

¹⁶ Arquivos do NEABI/UFAL.

Na ocasião do início do PAAF, também foi criada uma linha de livros, com caráter de revista, chamada *Kulé -Kulé*. Entre 2005 e 2010 foram lançados 4 volumes: (1) Educação e Identidade Negra (2005), (2) Visibilidades Negra (2006), (3) Afro-Atitudes (2007) e (4) Religiões Afro (2010). Toda a produção foi destinada, principalmente, às escolas públicas com produções de professores e pesquisadores, além da participação dos estudantes cotistas ou não, que estivessem desenvolvendo pesquisas na área. A distribuição foi gratuita para as escolas e supriu um pouco a falta de material didático, muito presente naquele momento.

A lei de cotas e a luta pela ampliação das ações afirmativas

Com a aprovação da Lei de Cotas em 2012, o PAAF/UFAL permaneceu, mas sofreu algumas modificações, pois os alunos provenientes das redes públicas de ensino poderiam: (a) fazer o ENEM por ser de escola pública, ter estudado no mínimo os três últimos anos na instituição e se autodeclarar preto ou pardo; (b) ter feito todo o ensino fundamental e médio na escola pública; (c) ter estudado na escola pública e ter uma renda inferior ou igual a um salário e meio como renda familiar. Também ocorreu a entrada de estudantes indígenas, os quais deveriam apresentar declaração emitida pela FUNAI.

A Lei Federal n. 12.711/2012 garantiu a reserva de 50% das matrículas, por curso e por turno, nas 63 universidades federais e nos quarenta institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Inep, 2017) a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), direcionando a Política de Ação Afirmativa e tornando obrigatória a implantação de ações para a democratização do acesso ao Ensino Superior. Essa determinação deveria ser cumprida até agosto de 2016, entretanto, já em 2013, as instituições tiveram que separar 25% da reserva prevista, ou 12,5% do total de vagas para esses candidatos. A UFAL garantiu mais de 40% das vagas para cotistas em 2014. Nesse sentido, na última década, mais de 20 mil alunos negros (pretos e pardos) ingressaram na UFAL.

Tendo como base os dados do SISU (Sistema de Seleção Unificada do MEC) de 2019, 2020 e 2021, seleções estas que tiveram comissão de heteroidentificação validando ou não a autodeclaração étnico-racial, a UFAL obteve o seguinte número de estudantes cotistas ingressantes: SISU 2019 – 2.119 alunos cotistas negros (pretos e pardos) do total de 5.338 vagas; SISU 2020 – 2.336 alunos cotistas negros (pretos e pardos) do total de

5.373 vagas; SISU 2021 – 2.915 alunos cotistas negros (pretos e pardos) do total de 5.373 vagas¹⁷.

Entre 2018 e 2019, o NEABI dá à UFAL mais uma vez uma posição entre as instituições pioneiras ao implementar o sistema de cotas na pós-graduação e instituir as bancas de heteroidentificação, procedimento complementar à autodeclaração étnico-racial para evitar fraudes nos processos seletivos onde há reserva de vagas para negros.

A Regulamentação das Políticas de Ações Afirmativas na Pós-graduação *Lato Sensu* (incluindo as residências) e *Stricto Sensu* da UFAL ocorreu em dezembro de 2018 (UFAL, 2018) após anos de reivindicação do movimento estudantil e do movimento negro, destacando nesse processo a atuação dos militantes da Associação de Negros(as) da UFAL e do Instituto do Negro em Alagoas (INEG). Em 2013, por exemplo, o site do INEG publicou um manifesto intitulado *Cotas Raciais na Pós-Graduação da UFAL*:

O debate que aborda o acesso de negros e negras aos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), traz consigo, em sua essência, a necessidade urgente da formação de quadros de professores universitários negros que venham a ocupar as cátedras docentes não apenas da referida Universidade mas também o de suas congêneres no estado de Alagoas. Se quisermos ir mais além, o que está em jogo é o crescimento das instituições acadêmicas enquanto tais, na medida em que a presença do negro e do indígena (agora como docentes) propiciará uma maior diversidade na produção acadêmica, assim como também na abordagem da mesma, entendendo essa última como práticas diferenciadas no fazer acadêmico, advindas de experiências de vida igualmente diversa. Perceba que nosso debate não foge do que se tem chamado de acadêmico. Muito pelo contrário, pretende enriquecê-lo, na medida em que propõe o incremento de estudos de problemas sociais a serem discutidos por meio de “novos” agentes questionadores. Universidades no mundo inteiro adotam e estimulam um perfil multiétnico em seu quadro discente e docente de forma deliberada, pois compreendem que, em não fazendo isso, estariam contribuindo para o empobrecimento de suas instituições. Os espaços acadêmicos não devem ser mais tratados como patrimônio de “a” ou “b”, e sim espaço por excelência de problematização e discussão de questões que estão presentes em nossa sociedade. (INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS, 2013, s/p).

Após algumas reuniões com o INEG, o Programa de Pós-graduação em História da UFAL passou a adotar as cotas raciais em seu edital de seleção no ano de 2015, o que impulsionou o debate dentro da universidade, levando a criação da Comissão Pró-cotas na Pós-graduação da UFAL, formada por representantes do INEG, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFAL), pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP/UFAL), além de professores e coordenadores de programas de pós-graduação da instituição.

¹⁷ Base de dados do NEABI/UFAL.

Com a iniciativa do Programa de História, logo outros Programas também formularam propostas, a exemplo do Programa na área de Educação e, mais recentemente, o da Antropologia. Tais iniciativas juntam-se a outras desenvolvidas no país, as quais forçaram o Ministério da Educação a instituir a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação das universidades federais brasileiras e dá outras providências. Além de se debruçar na elaboração de uma proposta institucional para a Universidade Federal de Alagoas, a Comissão Cotas na Pós/UFAL, também percebeu a necessidade de envolver a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) neste debate, principalmente no que concerne à garantia da permanência dos cotistas em seus respectivos Programas, por meio da concessão de bolsas de estudo. Pleito este, que o Instituto do Negro de Alagoas vem debatendo junto à referida Fundação desde o ano de 2010 (INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS, 2016, s/p).

A implementação de políticas de ações afirmativas (PAA) nos cursos e programas de pós-graduação foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFAL no dia 10 de dezembro de 2018. A minuta foi resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão de Cotas na Pós, fruto do diálogo do INEG com o NEABI. A resolução instituiu cotas de no mínimo 40% (quarenta por cento), sendo no mínimo 20% para negros, mínimo de 10% para indígenas, e mínimo de 10% para deficientes físicos. Os Programas de pós-graduação também passaram a adotar uma nota de corte nos processos seletivos para os cotistas na ordem de no mínimo 20% inferior à nota de corte da ampla concorrência.

Para o INEG/AL, três questões eram fundamentais dentro do debate: a definição de uma nota de corte diferenciada para os cotistas; a instituição de bolsas de estudo, na mesma proporção do percentual da reserva de vagas; e, a instituição das comissões verificadoras da autodeclaração dos candidatos negros (UFAL, 2018).

A Comissão de Heteroidentificação e as bancas de validação de autodeclaração étnico-racial de candidatos(as) negros(as) (pretos e pardos) da UFAL foi instituída no ano de 2018 e iniciou seus trabalhos no Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC) para vagas dos cursos de graduação em 2019, também atuando em processos seletivos de cursos e programas de pós-graduação e nos concursos públicos da universidade. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que tinha a professora Ligia Ferreira¹⁸ como Diretora Geral, em colaboração com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE).

O processo de implementação da Comissão de Heteroidentificação e das bancas de validação foram acompanhadas pelo Prof. Dr. Adilson Pereira dos Santos, Pró-reitor

¹⁸ Licenciada em Filosofia, mestra em Literatura Brasileira e doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), professora associada do curso de Letras-Libras da Faculdade de Letras da UFAL.

Adjunto de Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto-MG (UFOP), especialista na área. O grupo foi composto por “aproximadamente, 60 pessoas (41 mulheres – 68,33%; 19 homens – 31,66%), as quais aceitaram o convite público para essa atuação e participaram da Oficina de Formação, com experiências de engajamentos distintos na cotidiana luta antirracista”. (FERREIRA, 2021, p. 145-158). Sobre a implementação deste processo, se atentando aos impactos e repercussões da heteroidentificação, Ligia Ferreira relata:

Durante o período que coordenei a Comissão de Heteroidentificação, vi pessoas advindas de diversos lugares do Brasil, concorrendo às vagas da UFAL. Vi diversas cenas de choro, famílias extasiadas sem acreditar que seu/sua filho/a/e iria ingressar na Universidade após tentar por mais de três vezes a uma reserva de vaga para pessoa negra que, antes da validação, era ocupada por pessoa não negra. Lembro-me de uma candidata que se ajoelhou na frente da sala, aos prantos, concorrendo ao curso de Odontologia, dizendo que era a primeira da família a ingressar na Universidade, fato comovente que me fez entender ainda mais a importância do papel da administração pública na efetivação da política de ação afirmativa. Eram muitos depoimentos, muitas narrativas, brilho no olhar e sorriso nos lábios de quem se sentia contemplado/a/e com aquela ação para coibir as fraudes das autodeclarações, especialmente nos cursos mais concorridos, como os da área da saúde (FERREIRA, 2021, p. 145-158).

A instalação das comissões de heteroidentificação nos processos seletivos das instituições públicas de ensino tem se constituído como um dos principais trabalhos dos NEABI em todo o país, haja vista que elas têm como objetivo garantir que os candidatos que ingressarem nas vagas reservadas para pessoas negras sejam realmente os sujeitos de direito, mitigando, assim, a possibilidade de fraudes, que, não raras vezes, vem acontecendo.

Considerações finais

Dentre as políticas afirmativas, sem dúvidas, a das cotas raciais são as mais conhecidas, consistindo em estabelecer um percentual a ser ocupado em área específica por grupos definidos (negros, quilombolas, indígenas, PCD), podendo ocorrer de forma proporcional ou não. A política de cotas foi aplicada em diferentes instituições de ensino superior e nos institutos federais com critérios e porcentagens diferentes desde 2003, o objetivo era de reduzir a desigualdade na sociedade e promover a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados na educação.

As Ações Afirmativas nas universidades públicas têm como resultado a diminuição da exclusão social, da segregação racial, da concentração de renda e de tantos

outros problemas sociais que possuem como uma de suas principais causas o preconceito racial. As desigualdades raciais no Brasil têm raízes históricas que geraram profundas exclusões sociais, econômicas e políticas de grupos raciais em nossa sociedade.

Nesse sentido, o Estado e a sociedade têm compromissos com a mudança desta situação. A Universidade ao assumir programas dessa envergadura, trouxe para o seu seio os grandes debates que se desenvolvem no país e no mundo, relativos às formas de relações culturais entre os povos, as relações sócio-raciais e de poder e tantas outras vertentes. Dessa forma, a academia além de repensar, debater e produzir novas formas de compreensão da sociedade brasileira, contribui na reestruturação das relações de poder na sociedade, interferindo nos processos de formação superior, criando, assim, as condições necessárias para desencadear um processo de integração não subordinado da população negra e indígena na sociedade brasileira, rompendo um ciclo histórico vicioso produtor de desigualdades.

Atualmente, o NEABI/UFAL, têm se debruçado na avaliação dos 10 anos da Lei 12.711/2012 da UFAL e sobre a preparação dos dados gerais das ações afirmativas da universidade para publicização de um *Censo das Ações Afirmativas*, o que irá auxiliar pesquisadores e a sociedade no conhecimento dos benefícios e perspectivas desta política.

A pesquisa avaliará a política de cotas na Universidade Federal de Alagoas desde 2012, quando foi aprovada a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), analisando o ingresso, a permanência, o desempenho escolar e as políticas de assistência estudantil. O intuito é o de verificar se o principal objetivo da lei, que é o de reservar 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas, e com isso ampliar o acesso às universidades para jovens não brancos, foi atingido. Além de identificar quais pontos precisam ser melhorados.

O *Censo das Ações Afirmativas* da UFAL será essencial para a manutenção, ampliação e aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas de acesso ao Ensino Superior, bem como constitui um passo importante na perspectiva de melhores condições de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução dos baixos índices de escolarização, permitindo o desenvolvimento, local à nacional, a partir da perspectiva da inclusão social.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.
- ARAÚJO, Zezito. O movimento negro em Alagoas e o NEAB – UFAL. *Curso de Extensão Negras Conexões*. NEABI/UFAL. 22/08/2020.
- ALLEN, Joseph Scott. *Zumbi Nunca Vai Morrer – History, race, politics, and the practice of Archaeology in Brazil*. Doctor of Philosophy, Department of Anthropology, Brown University, Providence, Rhode Island, Maio de 2001.
- AZEVEDO, João (coord.). *Universidade Federal de Alagoas: documentário histórico*. Maceió: UFAL, 1982.
- BARBOSA, Vanda Maria Menezes. *Vanda Maria Menezes Barbosa* (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).
- CIPOLA, Ari. *FHC reconhece Zumbi como herói*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/manchetes_21nov01.shtml. Acesso em 06 de maio de 2004.
- CORREIA, Rosa Lucia Lima da Silva. *Como os negos dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga-AL*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, n° 23, 2007, pp. 100-122.
- FERREIRA, Lígia dos Santos. Narrativas minhas, deles, delas, dels, enfim, nossas: escrituras da heteroidentificação na Universidade Federal de Alagoas. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura*. vol. 5 – n. 9, 2002, p. 145 – 158.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.
- INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS. *Cotas Raciais na Pós-Graduação da UFAL*. 10 de julho de 2013. Disponível em: <https://inegalagoas.org/2013/07/10/cotas- raciais-na-pos-graduacao-da-ufal/>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- INSTITUTO DO NEGRO DE ALAGOAS. *Comissão Pró-cotas na Pós-Graduação é formada na UFAL*. 27 de julho de 2016. Disponível em: <https://inegalagoas.org/2016/07/27/comissao-pro-cotas-na-pos-graduacao-e-formada-na-ufal/>. Acesso em: 26 jan. 2022
- MOURA, Carlos. 20 anos de história. *Revista Palmares*, Brasília, ano IV, n.4, p.8-15, 2008.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Revista Thoth*, Brasília, n. 3, set/dez 1997.
- PEREIRA, Amilcar A. *“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- _____. *“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- SANTANA, Jusciney Carvalho. *Tem preto de jaleco branco? Os primeiros 10 anos de políticas afirmativas no curso de Medicina da UFAL*. Maceió: Edufal, 2017.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Zezito Araújo. O Movimento Negro em Alagoas: militância e história. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, ano IV, Nº 7, Julho/2011.

SANTOS, Joel Rufino. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

SERRA, Ordep. Monumentos negros: uma experiência. *Afro-Ásia*. n. 33, 2005.

SILVA, Jeferson da. *Cultura negra em Alagoas: uma construção da negritude*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SILVA, Jeferson da. Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: Barros, Rachel R. de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara (Org.). *Kulé-Kulé II: visibilidades negras*. Maceió: NEAB/EDUFAL, 2006.

SILVA, Jônatas C. da. *Movimento Negro Unificado 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-a-suas-lutas/3227-movimento-negro-unificado-1978-1988-10-anos-de-luta-contra-o-racismo-sao-paulo-confraria-do-livro-1988>. Acesso em janeiro de 2014.

SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Portaria nº 1.834, de 18 de dezembro de 2018. *Institui a Comissão de Heteroidentificação da UFAL*. Disponível em: <https://sipac.sig.ufal.br/sipac/VerInformativo?id=10947&imprimir=true>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução nº 86/2018 – CONSUNI, de 10 de dezembro de 2018. *Regulamenta a implementação de políticas de ações afirmativas (PAA) nos cursos e programas de pós-graduação lato sensu (inclusive as residências) e stricto sensu da UFAL*. Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2018/rco-n-86-de-10-12-2018.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução Nº 33/2003-CONSUNI de 06 de novembro de 2003. *Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL*. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni. Acesso em: 26 de jan. 2022.

Artigo recebido em 9 de março de 2022. Aprovado em 28 de abril de 2022.